

DOI: 10.46943/XI.CONEDU.2025.GT04.015

NOVO ENSINO MÉDIO E A (RE)ORGANIZAÇÃO CURRICULAR NA REDE ESTADUAL DA PARAÍBA: NOVAS POSSIBILIDADES PARA O ENSINO DE SOCIOLOGIA

Maria Alcilene Vitória Batista Aires¹Aracele Barbosa Gomes²

RESUMO

O cenário educacional brasileiro passou por muitas mudanças nos últimos anos, principalmente no que concerne à educação básica. Esse processo significativo de reformulação, impulsionado principalmente pela aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e pela implementação do Novo Ensino Médio, implicou diretamente em mudanças nos conteúdos e componentes curriculares. Atualmente, o currículo do ensino médio está organizado da seguinte maneira: formação geral básica e itinerários formativos. Dessa forma, os Itinerários Formativos possibilita o aprofundamento e integração entre áreas do conhecimento e a formação técnica e profissional. Diante desse cenário, esse trabalho tem por objetivo promover uma reflexão sobre o ensino de Sociologia dentro do currículo das Escolas Cidadãs Integrais Técni-

- 1 Professora da Educação Básica na Rede Estadual de Educação da Paraíba, licenciada em Ciências Sociais pela UFCG e Pós-graduada pelo Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional da Universidade Federal de Campina - UFCG/CDSA, alcilenevitoria@hotmail.com.
- 2 Professora da Educação Básica na Rede Estadual de Educação da Paraíba, licenciada em Ciências Sociais pela UFCG e Pós-graduada pelo Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG/CDSA, aracele_sume@hotmail.com.

cas (ECITs) do Estado, e as possibilidades que a oferta dos itinerários formativos propostos no currículo oportunizam para essa área do conhecimento. O tratamento metodológico da pesquisa consiste em uma análise bibliográfica e documental de cunho descritivo e explicativo, das resoluções que regem a Reforma do Ensino Médio, as normativas e diretrizes estaduais, refletindo como o ensino da Sociologia apresenta-se no currículo escolar da Paraíba, inclusive na composição dos itinerários formativos de Aprofundamento, o qual revelou-se como uma possibilidade de ampliação do campo de atuação docente, assim como, um novo espaço para essa área do conhecimento no currículo. Como referencial teórico para esse estudo, utilizamos Bodart e Tavares (2020), Silva (2021) e Peroni, Caetano e Arelaro, (2019). Nesse sentido, conclui-se que essas mudanças minimizam a fragilização da identidade docente, pois o professor tem a possibilidade de permanecer atuando no seu campo de estudo. Destacamos que, essa realidade, suscita outros estudos que aprofundem as reflexões aqui levantadas sobre o Novo Ensino Médio e suas implicações no ensino de Sociologia na educação básica, uma vez que, a realidade curricular de cada Estado apresenta-se de forma diferente.

Palavras-chave: Novo Ensino Médio, Currículo, Sociologia, Paraíba.

INTRODUÇÃO

O ensino de Sociologia na educação básica sempre esteve marcado pelas reformas educacionais do ensino secundário brasileiro, oscilando entre a sua obrigatoriedade no currículo e a oferta de forma optativa. Realidade esta que impacta fortemente a legitimidade da disciplina e é corroborada com a reformulação ocorrida no currículo a partir da Reforma do Novo Ensino Médio (NEM), instituída pela Lei nº 13.415/17, a aprovação da Base Nacional Comum Curricular (2018) e as diferentes formas como a disciplina se consolida nos currículos estaduais.

Para pensar e analisar a educação básica atualmente, é necessário considerar que desde 2017, a educação no Brasil passa por uma sequência de mudanças que trouxeram implicações diretas nos conteúdos e componentes ensinados nas escolas, bem como, na formação e prática docente daqueles que atuam na educação básica. Essas mudanças propõem o estabelecimento de uma nova lógica nas condições gerais de trabalho nas instituições educacionais. Como enfatiza Peroni, Caetano e Arelaro (2019, p. 46)

O processo de construção da BNCC foi incorporando bandeiras do movimento empresarial e por outro, o financiamento do grande capital alinhados à OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico). Portanto, temos instituições empresarias que atuam através de programas na Educação Básica, prestadores de todo tipo de serviço para a educação e gerentes dispostos a fazer parte desse grupo para gerenciar os processos e serviços oferecidos, direcionando a educação. Adrião (2017) aborda como a Educação Básica se tornou um novo negócio na educação.

De acordo com Silva (2021), é preciso entender que o que se tem chamado de “Novo Ensino Médio” e a transformação de disciplinas escolares em práticas e estudos obrigatórios não é mera mudança retórica, ela trouxe consequências visíveis, uma vez que, a Sociologia adquiriu diferentes significações ao longo das reformas no âmbito educacional. Tomando como referência o que é assegurado na LDB 9394/96, no artigo 36, os

estudantes ao término do Ensino Médio devem ter domínio de conhecimentos de Sociologia e Filosofia necessários ao exercício da cidadania. Já em 2008, com a reforma instituída pela Lei 11.684, altera-se o artigo para que tais conhecimentos se tornem disciplinas obrigatórias. E após quase dez anos de retomada da disciplina ao currículo da Educação básica, a Lei 13.415/2017, alterou mais uma vez o referido artigo, transformando a disciplina em saberes e práticas obrigatórias. Portanto, cada contexto e suas respectivas mudanças revela finalidades sociais distintas para a Sociologia na educação básica.

De acordo com os novos documentos regulatórios resultantes da BNCC e da Reforma do Ensino Médio, prioriza-se a pedagogia das competências, que por sua vez, não tem o conteúdo como elemento central, mas a sua aplicabilidade. Ou seja, não existe uma negação do conteúdo, mas o foco é de fato, a aplicação dos conhecimentos em situações práticas. Como enfatiza Rezer (2020), ao demonstrar que a competência, como conhecimento aplicado, não visa a formação de “cidadãos capazes de pensar por si próprios, de pôr em causa a tradição e de compreender o sentido do sofrimento e das realizações dos outros” (REZER, 2020, p. 10). Processo o qual limita a formação integral do indivíduo, reduzindo a educação a um processo de adaptação às demandas do mercado de trabalho ou a outros propósitos utilitários, contrapondo ao seu objetivo inicial de formar cidadãos com pensamento autônomo e senso crítico.

A proposta da aprendizagem por desenvolvimento de competências, não se baseia no desenvolvimento do pensamento crítico e nem para o conhecimento estruturado, pelo contrário, ressignifica o conhecimento, focando na aplicação prática desse em situações reais.

De acordo com a legislação do Novo Ensino Médio e as normativas estabelecidas pela Lei nº 13.415/2017 e a Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio (BNCCEM), passa a vigorar um regime de colaboração em que o currículo é composto por duas partes principais (as disciplinas da BNCC e os itinerários formativos) e ficando a cargo dos estados da federação a responsabilidade de produzir e implementar os seus currí-

culos, contextualizando o que está previsto na BNCC e desenvolvendo a parte diversificada do currículo (itinerários formativos). Sendo, portanto a elaboração e implementação final, competência dos estados. Como destaca Oliveira (2021, p. 35):

Caberá aos sistemas estaduais de ensino deliberarem sobre a presença ou a ausência da Sociologia nos currículos escolares, o espaço que poderá ocupar na formação geral e nos diversos percursos formativos e os conteúdos que serão lecionados; isso significa que serão os arranjos locais que decidirão o futuro da Sociologia na escola brasileira. Esse processo se insere num conjunto mais amplo de retrocessos no campo da política educacional, que acompanha a ascensão de movimentos conservadores na educação, os quais recorrentemente apontam o ensino de Ciências Humanas e Sociais como um “problema” no campo educacional, especialmente por abordar questões como desigualdades sociais, racismo, gênero, sexualidade etc.

O Estado da Paraíba, assim como os demais estados, organizou o currículo do ensino médio passando a ofertar esse nível de ensino da seguinte maneira: formação geral básica (divididos por áreas dos conhecimentos - BNCC) e os itinerários formativos (são compostos por aprofundamento - a partir das áreas de Linguagens e suas tecnologias; Matemática e suas tecnologias; Ciências da natureza e suas tecnologias; Ciências humanas e sociais aplicadas; Formação Técnica e Profissional, eletivas e projeto de vida, com base nos eixos estruturantes de investigação científica, mediação e intervenção sociocultural, processos criativos e empreendedorismo), como características básicas do modelo de Escolas Cidadãs Integrais³, que foram implementadas no Estado desde o ano de 2016.

Em 2017, no Estado da Paraíba houve a expansão do modelo integral para Escolas Cidadãs Integrais Técnicas (ECITs), cuja proposta é oferecer uma formação que prepare o estudante para atuar em um mundo de trabalho dinâmico, estimulando a participação social do jovem, despertando seu compromisso com a comunidade e vinculando sua trajetória educacional ao seu projeto de vida. Caracterizando assim, uma nova proposta

3 Para saber mais sobre o Programa Escolas Cidadãs Integrais do Estado da Paraíba, acesse: <<https://sites.google.com/view/ecipb/programa?authuser=0>>. Acesso em: 10/03/2025.

curricular e conseqüentemente, um “novo momento” para a Sociologia como parte do currículo da educação básica.

A metodologia adotada para esse estudo foi a análise bibliográfica e documental de cunho descritivo e explicativo, das resoluções que regem a Reforma do Ensino Médio, as normativas e diretrizes estaduais, e a Proposta Curricular do Ensino Médio da Paraíba. Optou-se pela pesquisa de cunho qualitativa pois esta permite a compreensão de múltiplos aspectos da realidade.

Para uma melhor compreensão e discussão utilizamos a análise documental, que envolve tanto a legislação educacional historicamente produzida, como as normativas estabelecidas recentemente pois, assim como destaca Shiroma, Campos e Garcia (2005, p. 427) “[...] um documento não é restrito a uma única e harmoniosa leitura. Pelo contrário, é aberto a re-leituras, não um objeto para consumo passivo, mas um objeto a ser trabalhado pelo pesquisador para produzir sentido”.

O tema tratado neste texto se mostra relevante, porque a história da Sociologia escolar nos possibilita compreender como as diversas reformas curriculares refletem o lugar e a forma que a Sociologia ocupa nos currículos estaduais atualmente e apresentam os impactos na disciplina, seja na forma como ela é trabalhada ou em sua presença no interior do currículo.

Este artigo está organizado em três partes, a saber: a introdução, onde é realizado um breve resgate histórico da Sociologia escolar e das fragilidades propiciadas pelas constantes mudanças. Na segunda parte, exploramos a reforma educacional em curso, e a forma como a Sociologia está posta no currículo escolar da Paraíba, inclusive na composição dos itinerários formativos, que a partir desse ano letivo, amplia a disciplina de Aprofundamento para as três séries do Ensino Médio, possibilitando assim, uma ampliação do campo de atuação docente para os profissionais da Sociologia, uma vez que, esse componente é trabalhado por área de conhecimento e possui uma carga horária maior que a própria disciplina. Esse fator minimiza a fragilização da identidade docente, pois o

professor tem a possibilidade de permanecer no seu campo de estudo. Por fim, destacamos que essa realidade, suscita outros estudos que possam aprofundar as questões aqui levantadas sobre o Novo Ensino Médio e suas implicações no ensino de Sociologia na educação básica.

A REFORMA DO ENSINO MÉDIO E O ENSINO DE SOCIOLOGIA NA PARAÍBA

Na realidade educacional do Estado da Paraíba, a Proposta Curricular⁴ do Ensino Médio foi aprovada em 2020, sendo o NEM implementado em 2022. Em muitos estados do país durante o período de implementação do NEM, o currículo sofreu grandes alterações e a Sociologia perdeu espaço no currículo, em alguns casos sendo ofertada em duas das três séries do EM, em outros, apenas na 3ª série do EM. No entanto, no currículo da Paraíba mesmo durante todo esse processo de mudança a disciplina permaneceu sendo ofertada com 1 h/a nas três séries do ensino médio.

Podemos, destacar aqui casos como o estado de São Paulo, que em 2025 reduziu a carga horária das Ciências Humanas para 466,7 horas (incluindo o componentes de Sociologia, Filosofia, História e Geografia), ante 480 horas em 2024 e 720 horas antes da reforma. No caso específico da Sociologia, a disciplina teve sua carga horária diminuída drasticamente, de 180 horas para 66,7 horas.

Em 2025, novamente o cenário educacional passa por uma nova norma, a Lei nº 14.945/2024, que estabelece a Política Nacional de Ensino Médio, alterando a Lei nº 9.394/1996, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e revogando parcialmente a Lei nº 13.415/2017, que dispõe sobre a reforma do ensino médio. Dentre as alterações aprovadas, des-

4 Proposta redigida pela Comissão Estadual – a Equipe Pró-BNCC – da Secretaria de Estado da Educação, da Ciência e Tecnologia e aprovada pelo Conselho Estadual de Educação da Paraíba (CEE/PB) através da Resolução nº 410/2021. Para saber mais sobre os documentos normativos do Webinário Novo Ensino Médio no Estado da Paraíba, acessar: <<http://novoensinomedio.pb.online/>> Acesso em: 10/03/2025.

tacamos o aumento da carga horária da Formação Geral Básica (FGB) e a retomada de todos os componentes curriculares de forma obrigatória.

Essa nova lei de Ensino Médio prevê um aumento na carga total para 3.000 horas, sendo 2.400 horas destinadas à FGB. No entanto, é importante destacar que a distribuição específica das horas para cada disciplina dentro da área de Ciências Humanas e Sociais, como a Sociologia, é uma decisão que cabe a cada estado e rede de ensino. Pois não há uma carga horária uniforme para a Sociologia em todo o Brasil. Como dito anteriormente, a quantidade de horas-aula depende da legislação e do planejamento curricular de cada estado e rede de ensino. Diante desse contexto, hoje a carga horária de Sociologia mais reduzida é no estado de São Paulo.

A ausência da Sociologia como componente curricular obrigatório no ensino médio, acaba por impactar não só na formação dos estudantes, mas também no processo de formação de novos profissionais. De acordo com, Bodart e Tavares (2020) essa realidade gera pouco atração para formação de novos profissionais, uma vez que os postos de trabalho são escassos e a manutenção da disciplina no currículo possibilita não apenas o conhecimento teórico, mas principalmente a questão cultural. O que demonstra a necessidade de se investir em mais qualidade e tempo na oferta da disciplina, despertando os estudantes para uma melhor experiência com a disciplina e quem sabe até o interesse pela formação.

Diante das mudanças promovidas pela implementação da Lei nº 14.945/2024, em 2025, houve uma nova mudança curricular nas escolas integrais da rede estadual da Paraíba. Passo a vigorar uma jornada integral de 35 horas semanais para o Ensino Médio das Escolas Cidadãs Integrais vinculadas à 1ª e 3ª Gerências Regionais de Educação. Essa mudança para uma jornada reduzida, garante as horas/aula estabelecidas e visa promover um equilíbrio mais saudável entre carga horária e desempenho, tanto para profissionais quanto para estudantes. Essa adequação de carga horária visa atender a demandas contemporâneas da educação integral, ao mesmo tempo em que promove melhorias na qualidade do ensino, pois

otimiza o tempo de trabalho pedagógico e administrativo. De acordo com a Secretaria Estadual de Educação da Paraíba, esse formato experimental permitirá monitorar e avaliar os impactos da nova jornada no ambiente escolar, fornecendo dados concretos para ajustes e tomadas de decisão. Após avaliação da Secretaria, caso os resultados observados no corrente ano letivo demonstrem sucesso, o modelo poderá ser expandido para outras Gerências Regionais de Educação, consolidando-se como uma política inovadora para a Rede, e beneficiando outras comunidades escolares em todo o estado (PARAÍBA, 2025). Nesse sentido, é importante destacar que a implementação desse modelo piloto de 35 horas semanais se aplica a carga horária dos estudantes, já os professores seguem com a jornada de trabalho escolhida por eles para atuação, direcionando mais tempo para estudo e planejamento de suas atividades.

Nesse sentido, as escolas que atuam no modelo de Escola Cidadã Integral (ECI) com 35h/a semanais, há 2 h/a de Sociologia na 1ª e na 2ª Série e 1h/a nas turmas de 3ª Série. Já nas escolas com 45h/a semanais, é 1 h/a de Sociologia na 1ª e na 2ª Série e 2h/a nas turmas de 3ª Série. Assim como apresenta-se nas matrizes curriculares de cada modelo, ilustradas a seguir:

Figura 1 – Matriz curricular do Ensino Médio das Escolas Cidadãs Integrais com regime de 35h/semanais para o ano letivo de 2025. (PARAÍBA, 2025, p. 225). Disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/1s01XU96DASEK87XL5LdQnu_57BJJcjtq

		AULAS SEMANAIS			CARGA HORÁRIA ANUAL								
		1ª Série	2ª Série	3ª Série	1ª Série	2ª Série	3ª Série						
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO GERÊNCIA EXECUTIVA DE EDUCAÇÃO DAS ESCOLAS CIDADÃS INTEGRAIS - GEECI		MATRIZ CURRICULAR - REGULAR - 35h - INTEGRAL ESCOLAS CIDADÃS INTEGRAIS - ENSINO MÉDIO Matriz vigente da 1ª série a 3ª Série - 2025						Aulas de 50 minutos Turno: Integral Tipo de Mediação: Presencial Horário de Funcionamento: Inicial: 7:20 / Final: 15:20 Estrutura Curricular: Formação Geral Básica e Itinerário Formativo Modalidade: Ensino Integral Etapa: Ensino Médio Formas de Organização da Turma: Série					
		COMPONENTES CURRICULARES											
Formação Geral Básica (FGB)	Linguagens e suas Tecnologias	Língua Portuguesa	3	3	3	100	100	100					
		Arte	1	1	1	33	33	33					
		Educação Física	2	2	2	67	67	67					
		Língua Inglesa	2	2	2	67	67	67					
		Língua Espanhola	1	1	1	33	33	33					
	Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	História	2	2	2	67	67	67					
		Geografia	2	2	2	67	67	67					
		Filosofia	2	2	1	67	67	33					
		Sociologia	2	2	1	67	67	33					
	Ciências da Natureza e suas Tecnologias	Química	2	2	2	67	67	67					
		Física	2	2	2	67	67	67					
	Matemática e suas Tecnologias	Biologia	2	2	2	67	67	67					
		Matemática	4	4	4	133	133	133					
		Total Formação Geral Básica	27	27	25	900	900	833					
		COMPONENTES CURRICULARES											
Itinerários Formativos (IF)	Aprofundamento	Aprofundamento	2	2	2	67	67	67					
		Recomposição da Aprendizagem - Língua Portuguesa	1	1	1	33	33	33					
		Recomposição da Aprendizagem - Matemática	2	2	2	67	67	67					
		Produção Textual			2	0	0	67					
			Subtotal Itinerário Formativo - Aprofundamento	5	5	7	167	167	233				
	Diversificada	Projeto de vida	1	1	1	33	33	33					
		Práticas Integradoras	2	2	2	67	67	67					
		Subtotal Itinerário Formativo - Diversificada	3	3	3	100	100	100					
		Total Itinerários Formativos	8	8	10	267	267	333					
		Total (FGB) + (IF)	35	35	35	1167	1167	1167					
		Carga horária total - Formação Geral Básica (FGB)				2633							
		Itinerário Formativo - Aprofundamento				567							
		Itinerário Formativo - Diversificada				300							
		Carga horária total - Itinerário Formativo (IF)				867							
		Carga horária total (FGB + IF)				3500							

Figura 2 – Matriz curricular do Ensino Médio das Escolas Cidadãs Integrais com regime de 45h/semanais para o ano letivo de 2025. (PARAÍBA, 2025, p. 225). Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/1s01XU96DASEK87XL5LdQnu57BJJcjtq>

		AULAS SEMANAIS			CARGA HORÁRIA ANUAL				
		1ª Série	2ª Série	3ª Série	1ª Série	2ª Série	3ª Série		
Formação Geral Básica (FGB)	Linguagens e suas Tecnologias	Língua Portuguesa	3	3	3	100	100	100	
		Arte	1	1	1	33	33	33	
		Educação Física	2	2	2	67	67	67	
		Língua Inglesa	2	2	2	67	67	67	
	Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	Língua Espanhola	1	1	1	33	33	33	
		História	2	2	2	67	67	67	
		Geografia	2	2	2	67	67	67	
		Filosofia	1	1	2	33	33	67	
	Ciências da Natureza e suas Tecnologias	Sociologia	1	1	2	33	33	67	
		Química	3	3	3	100	100	100	
		Física	3	3	3	100	100	100	
		Biologia	3	3	3	100	100	100	
	Matemática e suas Tecnologias	Matemática	4	4	4	133	133	133	
		Total Formação Geral	28	28	30	933	933	1000	
Itinerários Formativos (IF)	Aprofundamento	COMPONENTES CURRICULARES		1ª Série	2ª Série	3ª Série	1ª Série	2ª Série	3ª Série
		Aprofundamento	3	3	3	100	100	100	
		Produção Textual	2	2	2	67	67	67	
		Recomposição da Aprendizagem - Língua Portuguesa	2	2	2	67	67	67	
		Recomposição da Aprendizagem - Matemática	2	2	2	67	67	67	
		Eletiva	2	2		67	67	0	
	Subtotal Itinerário Formativo - Aprofundamento		11	11	9	367	367	300	
	Diversificada	Projeto de Vida	2	2	2	67	67	67	
		Práticas Integradoras I	2	2	2	67	67	67	
		Práticas Integradoras II	2	2	2	67	67	67	
Total Itinerário Formativo - Diversificada		6	6	6	200	200	200		
Total Itinerários Formativos		17	17	15	567	567	500		
Total (FGB) + (IF)		45	45	45	1500	1500	1500		
Carga horária total - Formação Geral Básica (FGB)		2867							
Parte diversificada		1033							
Aprofundamento		600							
Carga horária total - Itinerário Formativo (IF)		1633							
Carga horária total (FGB + IF)		4500							

Figura 3 – Matriz curricular do Ensino Médio das Escolas Cidadãs Integrais Técnicas, curso técnico em serviços públicos integrado ao ensino médio, Eixo tecnológico: gestão e negócios, para o ano letivo de 2025. (PARAÍBA, 2025, p. 225). Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/1s01XU96DASEK87XL5LdQnu57BJJcjtq>

CURSO TÉCNICO EM SERVIÇOS PÚBLICOS INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO EIXO TECNOLÓGICO: GESTÃO E NEGÓCIOS		AULAS SEMANAIS												CARGA HORÁRIA ANUAL												
		1ª Série		2ª Série		3ª Série		4ª Série		5ª Série		6ª Série		1ª Série		2ª Série		3ª Série		4ª Série		5ª Série		6ª Série		
COMPONENTES CURRICULARES		Semestre	Semestre	Semestre	Semestre	Semestre	Semestre	Semestre	Semestre	Semestre	Semestre	Semestre	Semestre	Semestre	Semestre	Semestre	Semestre	Semestre	Semestre	Semestre	Semestre	Semestre	Semestre	Semestre	Semestre	
Formação Geral Básica (FGB)	Linguagens e suas Tecnologias	Língua Portuguesa	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	
		Arte	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	
		Educação Física	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	
	Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	Língua Inglesa	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	
		Língua Espanhola	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	
		História	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	
	Ciências da Natureza e suas Tecnologias	Geografia	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	
		Filosofia	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	
		Sociologia	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	
	Matemática e suas Tecnologias	Química	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	
Física		2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2		
Total Formação Geral		23	23	23	23	23	23	23	23	23	23	23	23	23	23	23	23	23	23	23	23	23	23	23		
Formação Profissional Específica (PPE)	Formação Profissional Específica (PPE)	UNIDADES CURRICULARES		Semestre	Semestre	Semestre	Semestre	Semestre	Semestre	Semestre	Semestre	Semestre	Semestre	Semestre	Semestre	Semestre	Semestre	Semestre	Semestre	Semestre	Semestre	Semestre	Semestre	Semestre		
		Parte Diversificada e Aprofundamento	Produção textual	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	
			Recomposição de aprendizagem - Língua Portuguesa	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	
			Recomposição de aprendizagem - Matemática	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	
			Aprofundamento	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	
			Práticas Integradoras I	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	
			Práticas Integradoras II	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
		Preparação de estágio/Trabalho de conclusão de curso (TCC)																								
		TOTAL		11	11	11	11	11	11	11	11	11	11	11	11	11	11	11	11	11	11	11	11	11	11	11
		Formação Básica para o Trabalho (FBT)	Projeto de vida	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	
Educação Tecnológica e Midiática	2		2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2			
Intervenção Comunitária	2		2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2			
Inovação Social e Científica																										
TOTAL		3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3			
Formação Profissional Específica (PPE)	Formação Profissional Específica (PPE)	Administração Pública e Privada	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2		
		Marketing e Transparência no Serviço Público	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2		
		Formação e Organização do Estado Brasileiro	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2		
		Logística e Patrimônio	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2		
		Atendimento ao Público	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2		
		Gestão de Pessoas na Administração Pública	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2		
		Organização, Comunicação e Apresentação Pessoal	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2		
		Redação Técnica	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2		
		Introdução ao Orçamento Público	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2		
		Introdução às Políticas Públicas	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2		
TOTAL		2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2			

Diante de tantas mudanças e reformas curriculares a carga horária da disciplina de Sociologia, nos demais modelos de ensino, permanece com uma 1h/a semanal por série, como por exemplo, nas escolas que atuam no modelo regular, Escola Cidadã Integrais Indígena, Escolas Cidadãs Integrais Socioeducativas e nas Escolas Cidadãs Integrais Técnicas (ECITs). Essa proposta curricular demonstrada se apresenta como uma fase de testes e avaliações do currículo na rede estadual de educação da Paraíba.

Como podemos verificar, nas escolas que estão em fase de observação com essa nova configuração curricular a Sociologia, assim como a Filosofia, ganham mais espaço no currículo escolar possibilitando a valorização da disciplina no processo de aprendizagem, uma vez que, o conteúdo é trabalhado de forma mais abrangente e com maior aprofundamento.

É importante enfatizar que, em 2025, também houve uma reformulação nos itinerários formativos no currículo escolar da rede estadual da Paraíba, que passa a ser compostos por: Itinerário de Aprofundamento

(oferece aos estudantes a oportunidade de estudar de forma mais detalhada e específica as áreas do conhecimento ou eixos definidos pela BNCC); Itinerário de Parte Diversificada (que tem como objetivo atender às especificidades locais e implementar estratégias pedagógicas. Os componentes curriculares comuns que incluem: Projeto de Vida, Práticas Integradoras (I e II); e o Itinerário de Formação Técnica e Profissional (exclusivo das Escolas Cidadãs Integradas Técnicas - ECIT, estes itinerários tem como objetivo integrar a formação geral básica com a qualificação profissional, atendendo às demandas do mercado de trabalho e às especificidades regionais.

Atualmente, trabalha-se em mudanças diante dessa reforma educacional, e há projetos de lei para tornar novamente disciplinas como a Sociologia obrigatórias, a partir de 2026. Pois, a Sociologia, assim como, a Filosofia hoje são consideradas parte do “componente curricular de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas”, que se tornou a área obrigatória e pode ser oferecida como um dos itinerários formativos dependendo da realidade curricular de cada estado. Essa proposta, visa então tornar a oferta desse componente obrigatória e de maneira igualitária no currículo da educação básica em todo o país.

Diante dessas mudanças ocorridas no cenário educacional brasileiro, e conseqüentemente, no currículo das escolas paraibanas, é importante refletirmos sobre o currículo das Escolas Cidadãs Integradas Técnicas (ECITs) do Estado, e as possibilidades do ensino de Sociologia nos itinerários formativos propostos, considerando que ao longo da história educacional do nosso país, esse componente vem lutando pela sua permanência e legitimidade nos currículos. Além de que por ser uma disciplina com carga horária baixa, muitas vezes o professor desse componente acaba absorvendo várias disciplinas da parte diversificada.

De acordo com as Diretrizes Operacionais e Curriculares (2025) para Escolas Estaduais do estado da Paraíba, a organização curricular é orientada pela Proposta Curricular da Paraíba, aprovado pela Resolução CEE PB nº 410/2021. Como mencionado anteriormente, no currículo da

Paraíba tem-se o itinerário de aprofundamento, componente esse que foi reformulado para se alinhar às Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (CNE/CEB N° 2/2024). Nessa reformulação que houve para o ano letivo corrente, levou-se em consideração os resultados da escuta realizada durante o II Workshop das Escolas Cidadãs Integrais (2024) e as consultorias de acompanhamento promovidas nas escolas no ano letivo anterior.

O aprofundamento tem por objetivo fortalecer as aprendizagens nas áreas de conhecimento da Formação Geral Básica, respeitando as escolhas dos estudantes, que poderão optar entre as seguintes opções: Aprofundamento em Linguagens e suas Tecnologias; Aprofundamento em Ciências da Natureza e suas Tecnologias; Aprofundamento em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas; Aprofundamento em Matemática e suas Tecnologias; Aprofundamento em Áreas do Conhecimento Integradas.

O referido componente é composto por 2 ou 3 aulas geminadas semanais, conforme a categoria da escola e a série, sendo ofertado para as 3 séries do ensino médio. A oferta desse componente acontece de forma simultaneamente para todas as turmas de uma mesma série. E na organização das turmas, é adotada a lógica de enturmação mista, ou seja, turmas compostas por estudantes de diferentes turmas da mesma série. Tudo isso partindo da escolha do estudante por qual aprofundamento ele irá optar.

De acordo com o documento orientador, o Itinerário Formativo de Aprofundamento (IFA), corresponde a

(...) percursos educacionais que permitem aprofundar-se em áreas de interesse, promovendo uma formação integral que articula, de modo significativo, teoria e prática, interdisciplinaridade, transdisciplinaridade e contextualização. Deve-se considerar a diversidade regional e cultural do país, garantindo que o ensino esteja alinhado às realidades locais. (...) Uma das premissas dos Itinerários Formativos de Aprofundamento é oferecer oportunidade aos estudantes, para que eles possam aprofundar seus estudos em temas de seu interesse, não apenas no aprofundamento das áreas de conhecimento ou em relação ao mundo do trabalho, mas em programas que os colo-

quem como sujeitos que atuam e transformam seus projetos de vida e a comunidade ao seu redor. Trata-se de possibilitar o estudo de temas fundamentais à sociedade, visando à superação da superficialização e da fragmentação para estabelecer o tratamento pedagógico fundamentado no aprofundamento e na complexidade em que as relações humanas são estruturadas. (BRASIL, 2024, p.14).

Nesse sentido, busca-se uma integração entre a Formação Geral Básica (FGB) e os itinerários formativos de aprofundamento, trazendo uma oportunidade de preencher lacunas no processo de aprendizagem nas áreas em que os estudantes possuem mais dificuldade, ou mesmo ampliar seus conhecimentos em áreas de interesse.

Assim, o itinerário formativo busca fortalecer e aprofundar o que o estudante aprende ao longo da sua Formação Geral Básica, de modo que articulando teoria e prática. De modo que este possa compreender como irá aplicar em seu contexto de vida social, profissional ou pessoal, as aprendizagens desenvolvidas por meio da Formação Geral Básica, atribuindo sentido ao repertório de conhecimentos construídos ao longo do percurso escolar. Destarte, é preciso cuidado, pois também não se trata de reduzir o Itinerário Formativo de Aprofundamento a uma tematização e exemplificação do que é abordado na Formação Geral Básica.

Outro aspecto relevante do IFAs é a possibilidade de ampliação do campo de atuação docente para os profissionais, realidade essa que mudou um pouco a condição dos professores de Sociologia na realidade da educação na Paraíba. Pois em grande parte, esses profissionais tinham sua carga horária complementada por diversos componentes curriculares que correspondia a diversas disciplinas da parte diversificada, como por exemplo, disciplinas eletivas, projeto de vida, estudo orientado, tutoria. O que tornava-se uma situação delicada, pois muitas dessas disciplinas não possuíam material estruturado e também não haviam formações específicas para ministrá-las.

A mudança curricular e a introdução do componente de Aprofundamento - o qual é trabalhado por área de conhecimento e possui uma carga horária maior que a própria disciplina de Sociologia, possibilita que

o professor permaneça atuando em sua área de formação. Esse fator minimiza a fragilização da identidade docente, uma vez que, o professor tem a possibilidade de permanecer no seu campo de estudo.

É válido destacar outro aspecto relevante no processo de ensino-aprendizado, pois ainda se tem um número pequeno de professores de Sociologia que atuam na rede pública estadual, o que em muitas realidades gera grande rotatividade de docentes, podendo dificultar o ensino-aprendizagem e o desenvolvimento profissional do professor. Outro problema que caracteriza a prática docente no componente de Sociologia está no elevado percentual de professores que lecionam mais de um componente curricular; por exemplo, em 2016, 46,6% dos professores de Sociologia que lecionavam Sociologia, também ministravam aulas de Filosofia (BODART, 2018). Realidade essa que pode afetar negativamente a identidade do professor de Sociologia no interior da escola, assim como as limitações dos professores que possuem formação em outras área de conhecimento e/ou em Pedagogia, em dominar os conteúdos específicos da disciplina.

Situações como a carga horária semanal reduzida nos três anos do ensino médio, fazendo como que professores tenham que se dedicar também a outras escolas, precarizando sua condição docente, uma vez que reduz seu tempo para o planejamento das aulas, além de gerar dificuldades de estabelecimento de contato mais próximo.

Bodart e Tavares (2020), chamam a atenção para o fato de que, a Sociologia, na pirâmide hierárquica das disciplinas que constituem a grade curricular escolar, juntamente com outras disciplinas com presença intermitente no currículo, tem seu lugar na subalternidade. O que envolve também outras práticas, por exemplo, circunstâncias onde os gestores se utilizam da Sociologia para completar carga horária docente e a destinando a professores sem formação específica corrobora para que seu status no conjunto da grade curricular seja depreciada.

O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) – principal forma de ingresso nos cursos superiores, tem sido outro fator que vem colaborando

para o reconhecimento e valorização atribuídos às disciplinas escolares. Como um dos objetivos do ensino médio é preparar o estudante para o ensino superior, as disciplinas acabam tendo, de algum modo, seu status atrelado à sua colaboração para o bom desempenho dos estudantes nesse exame, sendo tendência uma educação focada na preparação dos alunos para essa avaliação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no que foi exposto ao longo do texto devemos considerar que o reconhecimento e a própria valorização da Sociologia enquanto disciplina, à qual busca promover uma reflexão crítica, apresenta dois aspectos que tornam esse um cenário desfavorável, o primeiro está relacionado e marcado pela transitoriedade da disciplina no currículo, e um segundo aspecto decorrente desse primeiro, é a escassez de profissionais licenciados na área e conseqüentemente as condições de trabalho ao qual estão submetidos.

Deste modo, Tardif (2010) destaca que no cotidiano escolar, a prática docente é observada e avaliada constantemente pelos estudantes, estes percebem cada detalhe da atuação do professor especialmente no tocante ao seu processo formativo e domínio dos conhecimentos da área, assim como a sua descaracterização quando este passa a assumir maior parte de sua carga horária na atuação de componentes curriculares que não sejam de sua formação. Para tanto, as condições do trabalho docente podem vir a influenciar no *status* e afetar o prestígio da disciplina.

Apesar das reformas já mencionadas, a Sociologia continua presente nos currículos da educação básica, o que é garantido disciplinarmente por diversos dispositivos estaduais, apesar de não ser garantida de maneira disciplinar por meio dos instrumentos nacionais. Embora a BNCC em sua versão final não garanta um espaço disciplinar para a Sociologia, é importante ressaltar que esta continua fazendo parte da área das Ciências Humanas e Sociais nesse documento, assim como na matriz dessa área

no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), o qual é referência enquanto avaliação final da última fase da educação básica.

Diante do exposto ressaltamos a importância da Sociologia para o currículo do ensino médio nas escolas brasileiras, observando que essa disciplina não se encontra em posição desprestigiada, se comparada com outras disciplinas que também se apresentam em situação de intermitência ou fragilidade no currículo. Contudo, Bodart (2018) destaca, que a Sociologia aparece em situação mais favorável em termos de reconhecimento e valorização dentro do currículo do que as disciplinas de Inglês, Filosofia, Educação Física e Artes.

Por fim, destacamos que essa realidade, suscita outros estudos que possam aprofundar as questões aqui levantadas sobre o Novo Ensino Médio e suas implicações no ensino de Sociologia na educação básica. Considera-se que o estado da Paraíba tem inovado em garantir e valorizar a efetivação da disciplina no currículo, assegurando carga horária em todas as séries e ampliando a sua atuação através do Itinerário Formativo de Aprofundamento, realidade essa que não é assegurada aos currículos de todos os estados da federação.

REFERÊNCIAS

BODART, Cristiano das Neves. **Prática de ensino de Sociologia: as dificuldades dos professores alagoanos**. Mediações, Londrina, v. 23, n. 2, p. 455-491, maio/ago. 2018. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/30442/pdf>. Acesso em: 5 set. 2025.

BODART, Cristiano das Neves; TAVARES, Caio dos Santos. **Os cursos de Ciências Sociais e Sociologia no Brasil: história e configurações**. Cadernos de Educação, n.64. p.01-26, jul./dez. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei n. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Diário Oficial da União. Brasília, nº 248, 23/12/1996. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 08 mar. 2025.

_____. Ministério da Educação. **A Base Nacional Comum Curricular – A Estrutura da BNCC**. Brasília: MEC, 2018.

_____. **Referencial Curricular para os Itinerários Formativos**. Brasília: MEC. Disponível em: novoensinomedio.mec.gov.br/resources/downloads/pdf/DCEIF.pdf. Acesso em: 20 fev. 2021.

_____. **Lei n. 13.415** de 16 de fevereiro de 2017. Lei de Reforma do Ensino Médio. Brasília, 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm. Acesso em: 16 mar. 2025.

_____. Ministério da Educação. **Lei n. 14.945**, de 31 de julho de 2024. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União. Brasília, nº 147. Seção: 1. Página: 5 Publicado em: 01/08/2024. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2024/lei-14945-31-julho-2024-796017-publicacaooriginal-172512-pl.html> Acesso em: 08 mar. 2025.

OLIVEIRA, Amurabi. **Ensino de Sociologia na Educação Básica: expansão, retrocessos e perspectivas**. REVISTA EM ABERTO - INEP, v. 34, p. 27-40, 2021.

PARAÍBA. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes Operacionais para o ano letivo da rede estadual da Paraíba**. 2025. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-da-educacao/consultas/diretrizes-pedagogica-2025-1.pdf> Acesso em: 14 fev. 2025.

_____. Secretaria de Estado da Educação. **Matrizes Curriculares**. João Pessoa, 2023. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://paraiba.pb.gov.br/arquivos/pdfs/PropostaCurricularDoEnsinoMdiodaParabaPCEMPB23.pdf> Acesso em: 14 fev. 2025.

PERONI, Vera Maria Vidal; CAETANO, Maria Raquel; ARELARO, Lisete Regina Gomes. **BNCC: Disputa pela qualidade ou submissão da educação?** Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, v. 35 n.1, 2019. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S2447-41932019000100035&script=sci_arttext. Acesso em: 12 fev. 2025.

REZER, Ricardo. **“Pedagogia das Competências como princípio de organização curricular: “efeitos colaterais” para a educação superior”**. In: Educação. Santa Maria. v. 45, 2020. Disponível em < Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reveducacao>>. Acesso 02 jun. 2025.

SHIROMA, Eneida Oto; CAMPOS, Roselane Fátima; GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. **Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico-metodológicos para análise de documentos**. Perspectiva, Florianópolis, SC, v. 23, n. 02, p. 427-446, jul./dez. 2005. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/9769>> Acesso em: 14 fev. 2025.

SILVA, Josefa Alexandrina. **Os desafios para o ensino de Sociologia na Educação Básica a partir da BNCC**. Revista Perspectiva Sociológica, n. 27, p. 45-57, 2021.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 4. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.